

“Mulheres Guerreiras” e o(s) feminino(s) nas instituições armadas na América Latina*

ANDRÉA MAZUROK SCHACTAE**

Instituto Federal do Paraná

Resumo: O presente artigo é uma reflexão sobre a construção de um ideal de feminilidade nos espaços das armas. Compreendendo que esse espaço é orientador de construção de símbolos que norteiam ideais de feminilidade e masculinidade, busca-se iniciar uma reflexão sobre a feminilidade hegemônica e o espaço das armas na América Latina, observando como estudo de caso as imagens de mulheres em instituições armadas no Brasil e em Cuba, nos anos de 1970 e 1980. Para a análise das imagens são utilizados periódicos publicados em Cuba e no Brasil, cuja análise é pautada na categoria gênero e nos conceitos de masculinidade hegemônica e feminilidade hegemônica.

Palavras-chave: Feminilidades; Masculinidades; Instituições armadas;

Abstract: This article is a reflection on the construction of an ideal of womanhood in the spaces of garrison. Understanding that this knowledge is the possibility of the idea of the construction of symbols guiding ideals of femininity and masculinity, we seek to initiate a reflection on hegemonic femininity and weaponry in Latin America, seeking as a case study the images of women in armed institutions in Brazil and Cuba in the 70's and 80's. For the analysis of the images journals published in Cuba and Brazil are used as important vehicles, whose analysis is guided by the gender category and the concepts of hegemonic masculinity and hegemonic femininity.

Keywords: Femininity; Masculinity; Armed institutions.

* Recebido em 25 de março de 2016 e aprovado para publicação em 01 de agosto de 2016. Este artigo está baseado em um texto publicado em espanhol, no ano de 2013. Cf.: ARIAS GUEVARA, M.; TORRALBAS FERNÁNDEZ, A. PUPO VEGA, A. (Org.) *Rompiendo Silencios*. La Habana: Editorial Mujer, 2013, p. 343-358.

** Doutora em História, professora do IFPR, pesquisadora do NEG-UFPR. O texto é parte das reflexões que estão sendo desenvolvidas no projeto de pesquisa: “A(s) Biografia(s) de Célia Sanchez: a construção de uma heroína e de um ideal de feminilidade em Cuba”, o qual está em andamento. Agradeço a professora Dra. María Arias Guevara e a professora Dra. Ana Paula Vosne Martins, bem como a CAPES, projeto MES-Cuba, UFPR, que possibilitaram a pesquisa em Cuba, no ano de 2010. E-mail: aschactae@gmail.com.

Introdução

Os espaços da guerra e das instituições armadas são historicamente identificados como pertencentes ao masculino. E esses lugares tendem a ser eleitos como os espaços em que são selecionados inúmeros os homens e algumas mulheres, para transformá-los em símbolos nacionais - os heróis e as heroínas. O processo de construção desses símbolos é marcado pela escrita das biografias dos/as eleitos/as. Essas narrativas constituem pessoas em símbolos que passam a identificar a nação e são percebidos como modelos de cidadania.

Construções discursivas – monumentos, cerimônias, símbolos, língua, história, memória – que ordenam e constroem uma homogeneidade nas comunidades imaginadas, ocultando a heterogeneidade e as contradições existentes na coletividade (ANDERSON, 2005). Esses símbolos orientam práticas nos Estados Nacionais e em suas instituições de poder, com o objetivo estabelecer as identidades nacionais, e tendem a reafirmar o masculino enquanto poder dominante na esfera pública. Os heróis, nos Estados Nacionais na América Latina, tendem a ser militares ou oriundos de instituições armadas. Portanto, esses símbolos nacionais são marcados por características identificadoras de uma masculinidade hegemônica. Para R. Connell, a masculinidade hegemônica caracteriza-se pelas masculinidades militares, construídas ao longo do século XIX e do século XX,¹ as quais orientam a edificação de ideais de hombridade nas sociedades ocidentais (CONNELL, 1995; 1997; 2005; 2009).

É oportuno destacar que o ingresso de mulheres como agentes permanentes de instituições armadas é algo recente. No entanto, ao longo dos séculos, da Grécia antiga aos países europeus e americanos do século XX, elas participaram do espaço da guerra, embora mais dificilmente pudessem ter lugar nos combates (CARIE, 2002; TAVERA, 2003). Mulheres como

¹ Sobre a construção de modelos das masculinidades, nos séculos XIX e XX, ver: Corbin (2013); Cortine (2013).

as míticas amazonas Joana d’Arc, Maria Quitéria,² Adela Azcuy,³ entre tantas outras, são exceções e muitas delas são identificadas como pessoas *predestinadas* a lutar em defesa da nação e, para cumprirem sua missão *vestem-se como homem*, pois, historicamente, o guerreiro é identificado como homem e seus símbolos identificadores são a arma e a vestimenta.

A Historiografia tende a ocultar a participação das mulheres nos espaços das armas. Conforme destaca Michelle Perrot, “o militar, o religioso, o político, como as três ordens na Idade Média, constitui três santuários que fogem às mulheres. Núcleos de poder são os centros de decisão, real ou ilusória, ao mesmo tempo em que símbolos da diferença dos sexos” (PERROT, 1998, p. 117). No entanto, destaca a historiadora, que a constituição do militar como profissional favorece o ingresso de mulheres nesse espaço viril, porém, a porcentagem de mulheres permanece pequena (PERROT, 1998, p. 134).

Pesquisar a participação de mulheres na guerra da Revolução Cubana (1953-1959) permitiu constatar que o feminino nas instituições armadas cubanas apresenta especificidades, principalmente no que se refere a posse da arma e a participação em combate. No entanto, a historiografia sobre a Revolução Cubana (MONIZ, 2009; SUÁREZ, 2006; CHOMSKY, 2015; FERNANDES, 2012) tende a analisar o processo revolucionário como resultado das estratégias dos guerrilheiros (homens), reproduzindo um ideal de masculinidade hegemônica, presente nos Estados Nacionais da América Latina.

Ao considerar que as construções das feminilidades, no espaço das armas, estão vinculadas aos contextos específicos e são orientadas por relações de poder que subordinam o feminino ao masculino, o objetivo desse texto é voltar o olhar para as mulheres nos espaços das armas na América Latina, focando na relação entre a feminilidade hegemônica e as outras experiências de feminilidades, bem como, realizar uma comparação entre

² Heroína da Independência no Brasil e por seus atos de bravura em combate, foi condecorada, no ano de 1823, com a Ordem Imperial do Cruzeiro.

³ Lutou na guerra de independência de Cuba, no final do século XIX, e se tornou capitã do Exército Libertador.

algumas imagens de mulheres uniformizadas – pertencentes a instituições armadas cubanas –, publicadas na imprensa de Cuba, nas décadas de 1970 e 1980, e outras de mulheres pertencentes a Polícia Feminina do Estado do Paraná, divulgadas em jornais que circulavam no Estado, nas décadas de 1970 e 1980. A análise comparativa permite perceber as diferenças nas construções do feminino em instituições armadas, em um período em que instituições armadas de países europeus e americanos criam espaços para o ingresso de mulheres em funções permanentes.

As imagens das mulheres cubanas foram selecionadas na *Revista Mujeres* e na *Revista Bohemia*, as quais foram consultadas em arquivos de Holguín e de La Havana. No Brasil, para seleção das imagens da Polícia Feminina foram utilizados os recortes de jornais arquivados no Museu da Polícia Militar do Estado do Paraná e no arquivo do 1º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Paraná,⁴ documentos foram consultados durante a pesquisa de doutorado.

Mulheres e armas na América Latina: construção de um modelo de feminilidade

Na América Latina, as guerras pela Independência colocaram a virilidade como parte da identificação dos Estados Nacionais. Os textos escritos no século XIX e início do XX, sobre a participação das mulheres na Independência da América Latina (PRADO, 1999; GONZÁLEZ, 2010), são uma representação da Nação e apresentam mulheres que se apropriaram de práticas identificadas como viris. As biografias das poucas mulheres que participam das guerras servem para reafirmar que a virilidade é domínio masculino, bem como, indicam uma ruptura nesse domínio. Ao mesmo tempo em que ao ser exceção, a presença feminina legitima o espaço das armas como pertencente aos homens, ela também rompe com esse espaço, ao demonstrar que a virilidade também pode ser atributo feminino.

⁴ Nas duas instituições existem pastas identificadas pelo título: Polícia Feminina. Essas contêm recortes de jornais e fotos da Polícia Feminina do Paraná.

No Brasil, as mulheres que pegaram em armas no século XIX, são construídas como modelo de feminilidade, conforme apresenta o livro “Heroínas Bahianas”, vinculado à “Coleção Participação da Mulher na Independência”, cuja narrativa da vida das heroínas representa um ideal de heroísmo feminino. A obra narra a vida de três mulheres, a primeira é Joana Angélica, uma religiosa, que é identificada como “a primeira heroína da Independência do Brasil”, por sua vida santa, dedicada à Igreja e sua morte brutal, foi assassinada por soldados na “guerra da independência do Brasil” (SOUZA, 1972). Maria Quitéria de Jesus Medeiros é a segunda “heroína da guerra da Independência na Bahia”. Ela cortou os cabelos e se disfarçou de homem, segundo o autor da obra, “violentando o destino pacífico de seu sexo, [alistou-se] num batalhão” (SOUZA, 1972, p. 121). Com o uso da arma ela lutou com a bravura, a valentia e o heroísmo de um soldado, na defesa da Pátria. A última é “a heroína da caridade”, Anna Justina Ferreira Nery, enfermeira voluntária da Guerra do Paraguai, é a última a ser citada. Na narrativa da trajetória dessas mulheres, identificadas como heroínas, apenas uma pega em armas e é acusada pelo autor de violentar a sua “natureza de mulher”, pois ela rompeu com o ideal de santidade e de maternidade, isto é, com o ideal de feminilidade hegemônica. As outras representam o modelo ideal.

Observa-se que as mulheres que representam uma diferente experiência de feminilidade são reconduzidas ao ideal de feminilidade maternal nas narrativas sobre suas trajetórias sociais. As biografias de mulheres que participaram das lutas das Independências em outros Estados da América Latina revelam essa prática discursiva. Conforme estudo apresentado por Maria Ligia Coelho Prado, os textos, produzidos no século XIX e início do século XX, indicam a presença de muitas mulheres nas lutas pela independência, muitas das quais ingressam nos exércitos como soldados. Nas narrativas, escritas geralmente por homens, afirma a historiadora, “as mulheres eram modestas, altruístas, generosas e abnegadas. [...] Suas ações respondiam apenas aos apelos do coração. [...] Naturalmente são apresentadas como modelos de mãe e esposa” (PRADO, 1999, p. 46-47). Mulheres rebeldes, que romperam com um modelo e uma ordem, segundo a autora, foram transformadas em “modelos de esposa e

mãe, glorificadas por todas as virtudes cristãs intimamente trançadas com as virtudes patrióticas” (PRADO, 1999, p. 51). Os biógrafos as retiram do espaço público e as devolvem para o espaço privado, enquanto a historiografia contemporânea sobre as independências tende a silenciar-se sobre a ação das mulheres nos processos.

Voltando o olhar para Cuba, constata-se que mesmo nas memórias sobre a atuação das mulheres cubanas nas guerras do século XIX, durante as lutas pela independência de Cuba do domínio espanhol, o ideal feminino destacado é o papel da mãe mambisa. Neste papel se sobressai a figura de Mariana Grajales, a mãe do Coronel Maceo, que foi constituído em um dos heróis da independência cubana. Entre as várias mulheres que combateram na guerra estão a capitã Adela Azucuy, a capitã María Hidalgo Santana e a capitã Paulina Ruiz de González, conforme destaca de Armando Caballero (CABALLERO, 1982). No entanto, o nome das combatentes – mulheres guerreiras – figuram em segundo plano na memória nacional, pois a figura central é o ideal de mãe abnegada que orienta e constrói nos seus filhos o amor pela nação e o desejo de morrer por amor a liberdade de Cuba.

O ideal de guerrilheira é construído na década de 1960, pelas narrativas sobre a atuação do Pelotão Mariana Grajales, criado por Fidel Castro no ano de 1958. Esse grupo foi constituído por guerrilheiras e atuou na guerra da Revolução Cuba. Nas narrativas sobre os combates as guerrilheiras são lembradas por suas atuações no espaço da guerra, Ele é lembrado por suas atuações em combate e pela ruptura com o modelo de feminilidade, pois os discursos afirmam que as mulheres cubanas lutaram como soldados homens. Ao se referir ao Pelotão Mariana Grajales, Fidel Castro, afirma que “*como los hombres, luchan las mujeres*” (BELL, 2007, p. 273).

Essas palavras presentes no discurso de Fidel, durante o ato de criação da Federação de Mulheres Cubanas, no ano de 1960, legitimam uma construção cultural que coloca o padrão de atuação nos espaços das armas como pertencente aos homens. Ele reafirma que o espaço de combate pertence aos homens e nele não há um padrão de comportamento pertencente às mulheres, cabe a elas igualem-se aos homens para serem reconhecidas. Assim, as mulheres guerreiras precisam despir-se da feminilidade e incorporar características de masculinidade hegemônicas –

bravura, coragem, destreza no uso das armas – para serem reconhecidas como soldados. Porém, mesmo sendo guerrilheira ela continua sendo percebida como destinada a maternidade.

A construção dessa identificação das mulheres cubanas como guerrilheira e mãe, a qual rompe com o ideal de feminilidade vinculada a maternidade, é destacada nas heroínas da Revolução Cubana. Todavia, a heroína nacional e que deu nome ao pelotão feminino da Sierra Maestra é uma construção simbólica que reafirma a maternidade e detrimento da guerreira. Portanto, embora a figura da guerreira, ou seja, a soldado combatente, esteja presente na construção das narrativas da história nacional Cuba, ela permanece uma contradição dentre de um espaço identificador e construtor de ideais de masculinidade, o combate e o uso de armas.

Vestimentas e objetos qualificados como pertencentes ao masculino são apropriadas por mulheres ao longo dos séculos, conforme destaca a historiadora Diane Hughes, na Inglaterra do século XIV, mulheres eram condenadas por circularem com símbolos da masculinidade, isto é, andarem a cavalo e portarem adagas, durante a realização dos torneios (HUNGHERS, 1995, p. 187). Portanto, as mulheres se apropriam de elementos historicamente qualificados como pertencentes aos homens, são exceções e tendem a serem vistas como transgressoras, pois se constituem em contradições dentro de uma ordem que separa masculino e feminino.

Embora as imagens das mulheres publicadas nas *Revistas Bohemia* e *Revista Mujeres*, indiquem a construção de um ideal de mulher cubana, o qual agrega a figura da guerrilheira e da mãe. Observa-se que essa construção tende a destacar a maternidade como central na construção da figural ideal da heroína nacional, o qual é legitimado pela heroína Mariana Grajales, a mãe dos grandes guerreiros nação. Porém, a participação das mulheres na luta armada na década de 1950, permite as heroínas da Sierra Maestra possuírem as características historicamente identificadora de um ideal normatizador do feminino e do ideal de mãe – a delicadeza, o carinho, o cuidado –, bem como a capacidade de combaterem como soldados. Portanto, possuidoras de características historicamente vinculadas a masculinidade e aquelas que qualificam a feminilidade.

O logotipo da Federação de Mulheres Cubanas (FMC) é uma transgressão a uma ordem milenar que nega a maternidade à guerreira, pois unifica figuras femininas – guerreira e mãe – que são separadas desde a Grécia Antiga, onde o modelo de guerreiro pertencia aos homens. Na Grécia as poucas mulheres que se tornaram guerreiras são identificadas pela renúncia ao casamento e à condição de esposa para ocupar um espaço masculino. A narrativa que apresenta a deusa Atena, filha de Zeus, destaca que para se tornar uma guerreira, ela renunciou à maternidade e ao casamento, mantendo-se virgem, e assim constitui-se em merecedora das armas e digna de guardar a democracia para o acesso dos homens. Na lenda grega das Amazonas, uma sociedade de guerreiras cujos filhos tinham apenas mães, as mulheres se constituíram em guerreiras pela renúncia ao casamento (IRIARTE, 2003). Porém, essa unificação que se constituiu como uma aparente contradição – mãe guerreira ou guerreira mãe –, dentro da cultura de feminilidade hegemônica, indica a construção de um diferente ideal de feminilidade, o qual é constituído pelas especificidades de Cuba. A necessidade de defender o território, somada a memória das mulheres que lutaram nas guerras da Independência, legitima o um diferente modelo de feminilidade, o qual se torna hegemônico em Cuba (Imagem 1).

Imagem 1 - Logotipo da FMC



Fonte: FEDERACION DE MUJERES CUBANAS. *La Mujer: una revolución dentro de la Revolución* Editorial Orbe, La Habana, Cuba, 1982.

A imagem que representa a *Federacion de Mujeres Cubanas* é um símbolo paradoxal, apresentando-se como uma ruptura ao ideal de feminilidade hegemônica, que orienta práticas e discursos no Ocidente, e constituindo um ideal hegemônico para a Cuba revolucionária. Porém, ao se volta o olhar para a biografia de Célia Sanchez,⁵ que vivenciou o espaço da guerra, como combatentes, verifica-se uma tendência a reafirmação do ideal de maternidade, sobrepondo-se a guerrilheira. Em texto publicado em 1980, observa-se essa tendência a reafirmar o ideal de feminilidade da cultura Ocidental, pois afirma que:

[...] la más hermosa y autóctona flor de la Revolución. Célia era, y será siempre para todos sus compañeros, la fibra más íntima y querida de la Revolución Cubana. Para medir quién fue esta hermana nuestra, basta subrayar que será imposible escribir la historia de Fidel Castro, sin reflejar a la vez la vida revolucionaria de Célia Sanchez Manduley. [...] una combatiente revolucionaria con excepcional intuición, sensibilidad, e inteligencia femeninas. A su valor personal, mostrado en toda su vida de revolucionaria y, en especial en difíciles momentos de la guerra y en los instantes cruciales y decisivos por los que ha atravesado nuestro proceso, se unia una sencillez, una modestia y una exquisita sensibilidad de mujer (HART, 1980).

Esse texto biográfico é um exemplo da tendência que se apresenta nas biografias de mulheres que atuaram nesse espaço historicamente masculino, que é a luta armada, pois indica uma reprodução de uma ordem simbólica tradicional. Embora a participação de mulheres na política e nas instituições armadas seja crescente, os ideais de herói e heroína aparentemente permanecem intocados.

⁵ Heroína da Revolução Cubana, Célia Sánchez Manduley, nasceu em 09 de maio de 1920 e faleceu em 11 de janeiro de 1980. Nos últimos 30 anos, o Estado Cubano publicou diversos textos que construíram a Célia Sanchez, guerrilheira, deputada, secretária de Estado, amiga de Fidel, amiga do povo, mulher... A filha do médico Manuel Sánchez Silveira, fundador do partido Ortodoxo em Pilón, na década de 1940.

A posse da arma e o domínio do conhecimento para utilizá-la, tornam as mulheres combatentes exceções, pois ao serem assim identificadas diminuem a contradição que a participação delas provoca no espaço da guerra e no poder de possuir as armas. São as relações de poder no espaço da guerra que estabelecem os nomes de homens e mulheres que são lembrados e os que caem no esquecimento. Dessa forma a grande maioria dos combatentes, homens e mulheres, continua anônima e sem história, pois a guerra é um espaço de poder e símbolo, sendo que ocupar determinado nível na hierarquia militar é significativo para definir os lembrados e os esquecidos. A contradição que se constitui a presença de mulheres no espaço da guerra permite significar o esquecimento da participação do sexo feminino em combates, pois é um indicativo da necessidade de confirmar o poder masculino nesse espaço simbólico.

Embora exista essa aparente tensão entre as duas identificações (guerreira e mãe) na construção das heroínas cubanas, a existência na construção da memória nacional da vinculação das mulheres com a luta armada, torna Cuba diferente de outros países da América Latina, pois na América Latina os símbolos nacionais femininos, foram constituídos principalmente pelas Nossas Senhoras (PRADO, 1999, p. 50).

Portanto, as heroínas e os símbolos nacionais femininos, se constituem em reprodutores de um ideal de feminilidade, que contribui para legitimar a masculinidade hegemônica das construções simbólicas masculinas, porém podem se constituírem em discursos que rompem com esse padrão.

Vale destacar que a Polícia Militar do Estado do Paraná, também tem um símbolo feminino como protetora espiritual, a Nossa Senhora Aparecida. Ao adotar esse símbolo, que desde a década de 1930 também é um símbolo nacional brasileiro, a instituição militar contribui para reprodução do ideal de feminilidade vinculado a maternidade, a santidade e ao cuidado do outro. Ao se construir as heroínas como modelos de mãe, esposa e santas, e os heróis como militares e guerreiros, se estabelece uma diferença na qual as virtudes construídas como identificadoras da masculinidade hegemônica são percebidas como superiores às identificadoras da feminilidade e as outras masculinidades.

Mulheres e armas: imagens de mulheres em instituições armadas em Cuba e Brasil (1970-1985)

O ingresso de mulheres nos quadros permanentes de instituições armadas cubanas, como combatentes, ocorreu no final da década de 1950, ao se considerar o Pelotão Mariana Grajales. No entanto, desde o início dos conflitos, no ano de 1953, durante o assalto ao Quartel Moncada, em Santiago de Cuba, as mulheres atuaram nos espaços de conflito armado.⁶ Antes da criação do Pelotão Feminino na *Sierra Maestra*, inúmeras mulheres realizaram atividades de mensageiras, enfermeiras, secretárias, transportando armas, munições, comidas e homens da cidade para a *Sierra Maestra*. Portanto, considerando que muitas das mulheres que atuaram durante a guerra (1956-1959) foram incorporadas as instituições militares cubanas na década de 1960.

Na década de 1960 foram criadas as Tropas de Milícias Territoriais, nas quais ingressaram homens e mulheres – na década de 1990 aproximadamente quinhentas mil mulheres participavam dessas milícias territoriais. No ano de 1984, foi criado em Cuba o alistamento voluntário feminino e as mulheres puderam então ingressar como soldados ou sargentos nas Forças Armadas.

Uma imagem publicada no ano de 1970, na *Revista Mujeres*,⁷ acompanhada da seguinte afirmação: “La defensa civil eres tu!”, apresenta a importância das mulheres para a defesa do País, bem como indica que a defesa não é função apenas dos militares, mas também das mulheres civis. Portanto, toda a população é convocada para defesa do território e tal necessidade permite que a mulher cubana seja apresentada nas imagens das revistas analisadas como mãe e soldado.

Nos anos de 1970, ocorreu o processo de integração das mulheres policiais nas polícias, no Ocidente. A policial especialista na proteção de crianças, jovens e mulheres e na atuação em crimes envolvendo vítimas femininas e infantis ou a prática criminosa de mulheres tornou-se

⁶ Durante a ação em Santiago de Cuba estiveram presentes Haydè Santamaria e Melba Hernandez.

⁷ *Revista Mujeres*, out, n. 10, ano 10, 1970.

legalmente uma policial, com os mesmos direitos dos policiais homens e atuando em todas as situações de crime (GARCIA, 2003). Foi nessa década que as mulheres ingressaram na Polícia Militar do Paraná (MOREIRA, 2007; SCHAETAE, 2011). Porém, conforme demonstram os estudos de Rosemeri Moreira (2011), as mulheres ingressaram na Guarda Civil de São Paulo, na década de 1950.

No México, as mulheres ingressaram na polícia na década de 1930, e até o final da década de 1990, as atividades ocupadas pelas mulheres na polícia eram as consideradas secundárias. Entre as atividades “femininas” estão as áreas administrativas, o patrulhamento em parques, em museus, em escolas e na patrulha ecológica (um tipo de policiamento de trânsito que controla os veículos que devem circular) – atividade que foi desprezada pelos homens. Somente na década de 1990, quando as policiais foram designadas para a patrulha ecológica, foi-lhes permitido portarem armas (BOTELLO, 2000).

No Brasil, o ingresso das primeiras mulheres no Exército ocorreu na década de 1990. Porém, vale lembrar que durante a Segunda Guerra Mundial o Exército Brasileiro admitiu mulheres para atuarem como enfermeira.⁸ Atualmente, ocupam espaços nas áreas de saúde, administração e engenharia. Portanto, o combate permanece espaço masculino.

A primeira instituição armada brasileira a admitir mulheres nos quadros permanentes foi a guarda civil de São Paulo, no ano de 1954, com o ingresso de um grupo feminino na guarda civil. Na década de 1970, com a reestruturação das polícias pelos governos militares, a guarda civil foi extinta e o efetivo passou para a Polícia Militar do Estado de São Paulo. Portanto, entre as polícias militares brasileiras, a paulista é a primeira a admitir mulheres e, no ano de 1977, foi criado, no Estado do Paraná, o primeiro

⁸ Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), um grupo de enfermeiras brasileiras foi treinado pelo Exército Brasileiro e enviado para o campo de batalha. Todavia, essas mulheres não eram militares e sim civis prestando serviço para uma instituição militar. As instituições armadas de outros países também fizeram uso dessa prática. Ver: BERNARDES, M.; LOPES, G.; SANTOS, T. O cotidiano das enfermeiras do Exército na Força Expedicionária Brasileira (FEB) no teatro de operações da Segunda Guerra Mundial na Itália (1942-1945). *Revista Latino-americana de Enfermagem*, v. 13, n. 3, p. 314-321, 2005.

Pelotão de Polícia Feminina, sendo essas as primeiras instituições militares brasileiras a admitirem mulheres no quadro de agentes permanentes. A partir dos anos de 1980 e 1990 todas as policiais militares brasileiras criam quadros femininos para receber as mulheres. Vale destacar que a inclusão das mulheres nas polícias militares de São Paulo e do Paraná ocorreu durante a Ditadura Militar (1964-1985) e entre os militares havia uma tendência a afirmação de um ideal de feminilidade vinculado a maternidade, conforme destacam Fanny Tabak (1983) e Lucia Maciel Barbosa de Oliveira (2001).

No final da década de 1970, a Polícia Militar do Estado do Paraná iniciou um processo de redação do projeto de criação da Polícia Feminina. As leis e as normas que criaram a Polícia Feminina e instituíram a policial são textos redigidos por sujeitos que possuem o poder de escrever em nome do Estado e da Polícia Militar do Estado do Paraná. Esses textos construíram um significado para a presença de mulheres na instituição, um espaço para o feminino na ordem institucional. Ao longo do período marcado pela criação da Polícia Feminina no ano de 1977 e a sua extinção no ano de 2000, as mulheres foram incorporadas à instituição.

Observa-se que a comparação entre os dois países – Cuba e Brasil – o ingresso de mulheres nas instituições armadas ocorrem em diferentes contextos e a construção de uma identificação feminina para as mulheres que ingressam nesse espaço historicamente masculino apresenta especificidades. Ao ingressar em uma instituição militar, os homens e as mulheres tornam-se herdeiros de uma identidade institucional – uma identidade coletiva – que consiste em uma fantasia, pois, como afirmam Joan Scott (2002) e Stuart Hall (2006), é uma construção histórica que transcende as identidades contraditórias e constitui uma ideia de homogeneidade. As solenidades militares e as narrativas sobre a história institucional e sobre os seus heróis são construtoras dessa identidade institucional, que é apresentada como unificada e vinculada a uma tradição. Uma identidade caracterizada por um ideal de masculinidade.

Entre os mecanismos de incorporação dessa herança identitária adotados pela instituição estão as solenidades, as construções simbólicas que representam a ordem do espaço institucional, os códigos balizados pela hierarquia, a disciplina e a educação. Considerando as colocações de Pierre

Bourdieu, esses mecanismos são utilizados para objetivação e incorporação da identidade, que está relacionada à função desempenhada. Dessa forma, ao vestir o uniforme, “o seu corpo, em que está inscrita uma história, casa-se com a sua função, quer dizer, uma história, uma tradição, que ele nunca viu senão encarnada em corpos, ou melhor, nessas vestes habitadas por um certo *habitus*” (BOURDIEU, 1998, p. 88).

O *habitus*, entendido a partir de Pierre Bourdieu (1998, p. 61), é uma herança que orienta as escolhas, o comportamento e a posição “de um agente em ação”. É uma história atualizada e assumida por agentes, “uma relação de pertença e de posse na qual o corpo apropriado pela história se apropria, de maneira absoluta e imediata, das coisas habitadas por essa história” (BOURDIEU, 1998, p. 83). Um princípio que gera diferenças e unifica, constituindo um conjunto identificador e diferenciador dos agentes e da instituição, estabelecendo uma ordem simbólica.

A incorporação dessa herança identificadora da instituição pelo agente é o processo de construção de um “novo ser social” e se dá de forma diferente entre os agentes, pois depende dos outros *habitus* incorporados por aquele que veste a farda e do poder advindo da sua função na hierarquia institucional. Quanto mais poder um agente tiver dentro da instituição (poder hierárquico), maior será o seu capital simbólico.⁹

O comportamento do militar – seus gestos, sua vestimenta, seu corte de cabelo, seu tom de voz, sua postura, sua sexualidade, seu respeito à hierarquia, a moralidade, os bons costumes – é construído pela disciplina do corpo, pois é nele que a honra institucional se inscreve. O conjunto de atitudes, valores e ideias vinculados à identidade do militar torna visível a honra do agente e da instituição. A disciplina militar é uma ferramenta de inscrição da identidade nos corpos dos agentes, mas também de construção e de reprodução do comportamento militar e da ordem institucional.

⁹ “O capital simbólico é uma propriedade qualquer (de qualquer tipo, físico, econômico, cultural, social), percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor [...]. Mais precisamente, é a forma que todo tipo de capital assume quando é concebido através das categorias de percepção, na estrutura da distribuição desse tipo de capital [...]” (BOURDIEU, 1996, p. 107).

A consulta aos números da *Revista Mujeres*, da década de 1970, e aos da *Revista Bohemia*, entre o início da década de 1970 e meados da década de 1980, permitiu perceber que as imagens de mulheres, presentes nessas revistas, constituem um ideal de feminilidade que relacionam a figura da mãe e da guerrilheira. Nesse mesmo período no Brasil, ingressam as primeiras mulheres na Polícia Militar do Paraná – segunda instituição armada a permitir o ingresso de mulheres no quadro permanente –, fato que ocorreu no ano de 1977, e a instituição policial militar também constrói um ideal de feminilidade para a policial feminina.

A imagem de mulheres polícias militares paranaenses e de mulheres militares cubanas indicam que a feminilidade militar construída e transmitida para as herdeiras da tradição das instituições armadas são diferentes. Portanto, a construção dos valores e a imagem identificadora do soldado está vinculada ao contexto do qual faz parte e assim, em Cuba, símbolos identificadores do masculino – uniforme militar e arma – também se constituem em identificadores do feminino.

Observando as imagens publicas nas revistas cubanas *Mujeres* e *Bohemia* e comparado com as imagens vinculadas em jornais que circulam no Estado do Paraná, o qual está localizado na região sul do Brasil, percebe-se duas diferenças centrais para a construção de uma identificação da mulher militar, as quais estão vinculadas a dois símbolos: o cabelo e a arma.

A diferença marcante entre as duas imagens de mulheres que vestem uniforme de instituições armadas está no cabelo e na posse da arma (Imagem 2 e 3). Na imagem das mulheres cubanas elas estão com cabelos compridos e soltos, o que indica que o símbolo tradicional de sedução feminina, conforme destaca Michele Perrot (1998), estava visível. No entanto, na imagem publicada no Brasil, as policiais estão com o cabelo preso, tornando sua imagem próxima do padrão de cabelo do homem militar – curto –, pois a virilidade também está vinculada a cabelo curto dentro das instituições armadas brasileiras.

O outro símbolo que diferencia as duas imagens é a arma, que historicamente é identificadora de masculinidade. Enquanto as mulheres cubanas são apresentadas com a arma em destaque, as brasileiras são despossuídas de tal símbolo. A imagem de mulheres armadas em Cuba

apresenta o feminino como possuidor de um poder masculino. A posse desse símbolo indica a existência de uma reconfiguração na divisão dos espaços de poder masculino e feminino em Cuba, apresentando uma imagem de igualdade, bem como, afirmando a necessidade da força feminina para defesa do território.

Imagem 2 - Mulheres em desfile Militar: XX aniversário da Revolução



Fonte: *Revista Bobemia*, 5 de janeiro, 1979, ano 70, n. 1 (Arquivo: Casa do Historiador, Holguín, Cuba).

Imagem 3 - Formatura Militar: Polícia Feminina do Paraná



Fonte: *Jornal O Estado do Paraná*, 05 de abril, 1978. (Arquivo: Museu PMPR, Curitiba, Paraná).

Outras duas imagens do ano de 1984, afirmam essa diferença entre o feminino das instituições armadas em Cuba e no Brasil. Observando a mulher na Imagem 4, destacam-se o cabelo, o brinco de argola e a arma, esse conjunto de símbolos, somados a vestimenta simbólica, que remete a uma instituição militarizada, contrasta com a imagem das Policiais Femininas, as quais se apresentam com despossuídas do poder de portar uma arma e com os cabelos presos. Enquanto a imagem da mulher cubana legitima que o poder de portar uma arma também pertence as mulheres cubanas, a imagem das policiais paranaenses reafirma que o poder das armas pertencente aos homens. Portanto, essas imagens representam duas construções discursivas que constituem dois padrões de feminilidade.

A comparação entre as imagens permite perceber que há diferentes construções na normatização do visual da mulher em instituições armadas e que elas estão vinculadas ao contexto. As imagens publicadas em meados da década de 1980 no Brasil e em Cuba confirmam que o padrão de

feminilidade militar é também definido pela apresentação da imagem das mulheres pertencentes às instituições armadas. Enquanto no Brasil o padrão de cabelo é curto ou comprido e preso, em Cuba, o cabelo comprido e solto ganha destaque. Essa comparação é indicativa de que o padrão visual não é homogêneo, sendo necessário aprofundar os estudos sobre a construção do feminino em instituições armadas.

Imagem 4 - Mulher em Cuba



Fonte: Revista *Bohemia*, 02 de março 1984 (Arquivo: Casa do Historiador, Holguín, Cuba).

Imagem 5 - Mulheres policiais no Paraná



Fonte: *Jornal O Estado do Paraná*, 08 de setembro 1984 (Arquivo: Museu PMPR, Curitiba, Paraná).

Essas diferentes construções são indicativas de que embora exista culturalmente uma tendência a excluir as mulheres dos espaços das armas, na América Latina existem diferentes construções desses espaços em relação as feminilidades e masculinidades. A participação das mulheres no processo de Independência de Cuba, no final do século XIX, e nas organizações de mulheres e no espaço da política, na primeira metade do século XX, bem como, o contexto da Revolução Cubana, contribuiu para a construção de um ideal de feminilidade constituído pela mãe guerreira, ou mãe guerrilheira.

Enquanto no Brasil, as policiais são apresentadas no espaço público e na imprensa sem armas. Em Cuba a arma é um símbolo do ideal de feminilidade construído pelo Estado Cubano. Portanto, a figura da soldado da Polícia Feminina tende a afirmar um ideal de feminilidade que oculta a figura da combatente, ou melhor da “guerreira”.

Referências

- ALVAREZ, P. T. *Célia: ensayo para uma biografia*. La Habana: Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado, 2004.
- ARIAS GUEVARA, M.; TORRALBAS FERNÁNDEZ, A. PUPO VEGA, A. (Org.) *Rompiendo Silencios*. La Habana, Cuba: Editorial Mujer, 2013, p. 343-358.
- BELL, José; LÓPEZ, Delia L.; CARAM, Tania. *Documentos de la Revolución Cubana 1960*. La Habana: Ciencias Sociales, 2007.
- BERNARDES, M.; LOPES, G.; SANTOS, T. O cotidiano das enfermeiras do Exército na Força Expedicionária Brasileira (FEB) no teatro de operações da Segunda Guerra Mundial na Itália (1942-1945). *Revista Latino-americana de Enfermagem*, v. 13, n. 3, p. 314-321, 2005.
- BONINO, L. Masculinidad hegemônica e identidad masculina. *Dossiers feministes*, n. 67, 2002, p. 7-36.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- CABALLERO, Armando O. *La mujer en el 95*. La Habana: Gente Nueva, 1982.
- CARIE, R. *A mulher militar: das origens aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.
- CHOMSKY, Aviva. *História da Revolução Cubana*. São Paulo: Veneta, 2015.
- CONNELL, R. W. JAMES, W. Hegemonic Masculinity: rethinking the concept, *Gender e Society*, n. 19, 2005. Disponível em: <<http://gas.sagepub.com>>. Acesso em: 09 de junho de 2009.
- CONNELL, R. W. La organización social de la masculinidad. In: VALDÉS, T.; OLAVARRÍA, J. (Ed.). *Masculidad/es: Poder y Crisis*. Santiago: Isis internacional, 1997, p. 31-48.

- CORBIN, Alain (Org.). *História da virilidade: o triunfo da virilidade no século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- CORTINE, Jean-Jacques (Org.) *História da virilidade: a virilidade em crise? Séculos XX-XXI*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- GALVÃO, W. N. *A donzela-guerreira: um estudo de gênero*. São Paulo: SENAC, 1998.
- GONZÁLEZ, Julio César Pagés. *Em busca de un espacio: Historia de mujeres em Cuba*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2005.
- _____. *La Republica Femenina: Organizaciones Revolucionarias de Mujeres 1952-1958*. Universidade de Havana: Havana, 1991 (mimeo).
- HART, Armando Davalos. El ejemplo de Célia: aliento y enseñanza. *Revista Bohemia*, La Habana, año 72, n. 3, 1980.
- HUGHES, D. As modas femininas e o seu controlo. In: PERROT, M.; DUBY, G. *História das Mulheres no Ocidente: A Idade Média*. São Paulo: EBradil, Porto: Afrontamento, 1995. v. 2, p. 185-225.
- IRIARTE, A. La virgen guerrera en el imaginario griego. In: TAVERA, Susanna; NASH, Mary (Ed.). *Las mujeres y las guerras: el papel de las mujeres en las guerras de la Edad Antigua e la Contemporânea*. Barcelona: Içaria, 2003.
- MONIZ, Luiz Aberto Bandeira. *De Martí a Fidel: a revolução cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- MOREIRA, Rosemeri. “Entre o escudo de minerva e o manto de Penélope”: a inclusão de mulheres na Polícia militar do Estado do Paraná (1975-1981). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.
- _____. *Sobre mulheres e polícias: a construção do policiamento feminino em São Paulo (1955-1964)*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2011.
- OLIVEIRA, L. M. B. de. “Nossos comerciais, por favor!”: a televisão brasileira e a Escola Superior de Guerra: o caso Flávio Cavalcanti. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.
- PERROT, M. *Mulheres Públicas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

- PRADO, M. L. A participação das mulheres nas lutas pela independência política da América Latina. In: *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Bauru: Ed. Universidade do Sagrado Coração, 1999, p. 28-51.
- SCHACTAE, Andréa M. *Furdas e batons, armas e saís: a construção da Polícia Militar Feminina no Paraná - 1977-2000*. Tese (Doutorado em História - Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.
- SCMIDT, Beat (org.) *50 años después: mujeres en Cuba y cambio social*. Ciudad de La Habana: Oxfam internacional, 2010. RAMOS, Lucrecia Estives. El apoyo de la mujer santiaguera a la lucha contra a tiranía de Batista de 1952-1958. Trabalho de graduação. Universidade do Oriente, Faculdade de Filosofia e Historia: Santiago de Cuba, 1984. (mimeo).
- SCOTT, J. W. Fantasy Echo: história e a construção da identidade. *Labrys - Estudos Feministas*, n. 1-2, 2002.
- SOUZA, B. J. de. *Heroínas babianas*: Joanna Angélica, Maria Quitéria, Anna Nery. Rio de Janeiro: Paralelo; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1972 [1936].
- STONER, K. L. Militant heroines and the consecration of the patriarchal state: the glorification of loyalty, combat, and national suicide in the making of Cuban National Identity. *Cuban Studies*, v. 34, p. 71-96, 2003.
- SUÁREZ, Eugenio Pérez; CANER, Acela A. Román. *Fidel: de Cinco Palmas a Santiago*. La Habana: Verde Olivo, 2006.
- TABAK, F. *Autoritarismo e participação política da mulher*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- TAVERA, S.; NASH, M. (Ed.). *Las mujeres y las guerras: el papel de las mujeres en las guerras de la Edad Antigua e la Contemporánea*. Barcelona: Icaria, 2003.